

TRT quer do GDF explicações sobre dívida

O Governo do Distrito Federal (GDF) tem até segunda-feira para explicar ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) porque não pagou uma dívida trabalhista de R\$ 220 milhões a 450 médicos da Fundação Hospitalar.

O prazo de cinco dias foi concedido ao GDF pelo presidente do TRT, Fernando Damasceno, que analisa um pedido de intervenção federal no governo do DF feito pelo Sindicato dos Médicos no dia 1º último.

A dívida, relativa a duas gratificações não pagas pelo GDF aos médicos — 20% em 1981 e 80% em 1984 —, já foi reconhecida em todas as instâncias judiciais e é objeto de precatório (ordem judicial de pagamento) expedido em 1994.

O precatório determinou que a dívida fosse incluída no Orçamento de 1995 e paga até 31 de dezembro, o que não aconteceu.

Caso o GDF não se explique no prazo, ou suas explicações não sejam convincentes, o TRT poderá enviar o pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem caberá a decisão final.

Defesa — Segundo o procurador-geral do DF, Marcelo Alencar, o governo vai se pronunciar no prazo e alegar que não faz o pagamento por falta de dinheiro.

“Não negamos a dívida, mas o governo não pode tirar dinheiro de outras áreas para pagar ações individuais”, afirma Alencar.

Na avaliação do advogado do Sindicato dos Médicos, Marcos Resende, o presidente do TRT deu andamento rápido ao processo porque o GDF está descumprindo um precatório do próprio TRT.

“A única justificativa que o GDF pode apresentar é dizer que não tem dinheiro, mas isto não é o suficiente”, opina Resende.

“Mesmo que o governo federal pague a dívida, ele terá de tirar recursos de outras áreas para pagar a estes médicos. É inconstitucional retirar dinheiro da saúde, segurança e educação para pagar ações trabalhistas individuais”, garante Alencar.

O procurador adianta que poderá pedir o parcelamento da dívida. “É muito dinheiro para o GDF pagar de uma só vez”, acredita.

O parcelamento da dívida está previsto em acordo feito entre o GDF e o Sindicato dos Médicos em setembro passado mas nunca chegou a ser discutido.

“Concordamos em discutir em outubro o cronograma do parcelamento da dívida, mas o governo não tocou mais no assunto”, diz o diretor do sindicato, Mário Cinelli.

“É muito dinheiro para o governo pagar de uma só vez”

Marcelo Alencar,
procurador-geral do DF

Fotos: Raimundo Paccó



A nova frota que vai servir aos hospitais é composta por 38 ambulâncias, 35 kombis, 13 caminhonetes, 12 Fiats e um microônibus, e custou R\$ 1,8 milhão